

SCOTIABANK BRASIL S.A.
BANCO MÚLTIPLO

Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Comitê de Auditoria.....	4
Relatório dos Auditores Independentes	6
Balancos Patrimoniais	9
Demonstração dos resultados.....	11
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

DESEMPENHO DO SEMESTRE

O Scotiabank Brasil encerrou o 1º semestre de 2021 com um lucro líquido de R\$ 75.124 (R\$ 47.990 em 2020), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 12,68% (8,55% em 2020). Apresentou índice de Basileia de 14,65% (dez/2020 – 19,06%) e Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 662.947 (dez/2020 – R\$ 482.536).

Desde o início da pandemia, o Banco está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Com o objetivo principal de complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, em 6 de novembro de 2020 foi constituída a Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e até 30 de junho de 2021, não havia iniciado suas atividades operacionais. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

AGRADECIMENTOS

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Auditoria Externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações Financeiras

O Comitê analisou as Demonstrações Contábeis em conjunto com as Notas Explicativas, relativas ao 1º semestre de 2021 e debateu com a KPMG e com executivos da Organização antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste Relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554 e nº 3.198 e que o sistema de controles do Scotiabank Brasil S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 20 de agosto de 2021.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP – 1SP271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Balancos Patrimoniais em
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	Jun/2021	Dez/2020
Disponibilidades	4	28.470	14.063
Ativos financeiros		10.428.835	11.517.950
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.696.792	6.748.959
Títulos e valores mobiliários	6	784.396	574.845
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.084.606	182.046
Operações de crédito	9a	1.387.716	1.625.844
Operações de câmbio	10	1.146.022	2.344.951
Outros ativos financeiros	11a	329.303	41.305
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(151.981)	(156.980)
Títulos e valores mobiliários	6c	(445)	(444)
Operações de crédito	9c/d	(1.029)	(831)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(150.507)	(155.705)
Créditos tributários	20b/c	102.747	102.073
Investimentos		60.229	6
Participações em controladas	12	60.223	-
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso		9.267	6.901
Imóveis de uso		900	900
Outras imobilizações de uso		21.083	18.224
Depreciações acumuladas		(12.716)	(12.223)
Intangível		3.444	2.532
Ativos intangíveis		4.445	3.418
Amortizações acumuladas		(1.001)	(886)
Outros ativos	11b	11.119	28.682
Total do ativo		10.492.130	11.515.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Balancos Patrimoniais em
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais)



Passivo	Nota	Jun/2021	Dez/2020
Passivos financeiros		9.132.495	10.141.162
Depósitos	13	592.480	166.821
Captações no mercado aberto	14	757.381	937.305
Obrigações por empréstimos	15	3.732.185	2.139.081
Obrigações por repasses	16, 25a	991.892	1.306.314
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.516.261	3.706.876
Operações de câmbio	10	498.203	1.798.495
Outros passivos financeiros	17a	44.093	86.270
Obrigações fiscais diferidas	20b	35.545	15.639
Provisões para contingências	18d	28.888	28.528
Outros passivos	17b	77.690	177.981
Patrimônio líquido		1.217.512	1.151.917
Capital social	19	796.879	796.879
Reservas de lucros	19	351.140	347.384
Outros resultados abrangentes	3d	(1.875)	7.654
Lucros acumulados		71.368	-
Total do passivo		10.492.130	11.515.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração dos Resultados
30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2021	Jun/2020
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		183.411	178.980
Operações de crédito	9f	(34.663)	478.794
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		111.221	134.186
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	78.616	(10.280)
Resultado em operações de câmbio		29.553	307.674
Operações de captação no mercado aberto		(20.112)	(38.796)
Operações de empréstimos e repasses		18.796	(692.598)
Resultado da intermediação financeira		183.411	178.980
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		4.999	(52.369)
Títulos e valores mobiliários		(1)	(693)
Operações de crédito	9d	(198)	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9d	5.198	(51.673)
Resultado bruto da intermediação financeira		188.410	126.611
Outras receitas/(despesas) operacionais		(54.435)	(44.091)
Receitas de prestação de serviços		8.652	8.182
Despesas de pessoal		(41.894)	(32.349)
Outras despesas administrativas		(12.914)	(11.105)
Despesas tributárias		(5.765)	(11.744)
Resultado de participações em controladas		350	-
Outras receitas operacionais	25b	776	3.197
Outras despesas operacionais	25b	(3.640)	(272)
Reversões/(despesas) de provisões para contingências		(351)	(379)
Trabalhistas		(45)	(17)
Fiscais		(306)	(362)
Resultado operacional		133.624	82.141
Resultado não operacional		-	(5)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		133.624	82.136
Imposto de renda e contribuição social	20a	(58.500)	(34.146)
Provisão para imposto de renda		(31.799)	(38.528)
Provisão para contribuição social		(25.944)	(28.343)
Ativo fiscal diferido		(757)	32.725
Participações nos lucros			
Lucro líquido dos semestres		75.124	47.990
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		17,87	11,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração do Resultado Abrangente
30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2021	Jun/2020
Lucro líquido dos semestres		<u>75.124</u>	<u>47.990</u>
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Varição no valor mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		<u>(9.529)</u>	<u>5.025</u>
Títulos e valores mobiliários		(17.095)	9.136
Efeito fiscal	20b	7.693	(4.111)
Ajuste de avaliação patrimonial controlada		(127)	-
Resultado abrangente		<u><u>65.595</u></u>	<u><u>53.015</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)



	Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados	Lucros	Total
	Social	Legal	Estatutárias	Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	796.879	26.737	265.731	6.644	-	1.095.991
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	5.025	-	5.025
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	47.990	47.990
Constituição de reserva legal	-	2.399	-	-	(2.399)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	796.879	29.136	265.731	11.669	45.591	1.149.006
Saldos em 31 de dezembro de 2020	796.879	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.529)	-	(9.529)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	75.124	75.124
Constituição de reserva legal	-	3.756	-	-	(3.756)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	796.879	34.698	316.442	(1.875)	71.368	1.217.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração dos Fluxos de Caixa
30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2021	Jun/2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		97.668	47.152
Lucro líquido do semestre		75.124	47.990
Ajustes ao lucro líquido		22.544	(838)
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(4.999)	52.369
Resultado de participações em controladas		(350)	-
Depreciações e amortizações		608	788
Impostos diferidos	20a, 20b	26.925	(54.374)
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	18d	360	379
Varição de ativos e obrigações		(1.581.198)	2.716.731
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(509.656)	(1.896.574)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(226.646)	(154.837)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		(2.093.174)	4.634.295
Redução/(aumento) em operações de crédito		238.128	(62.641)
(Aumento) em operações de câmbio	10	(101.363)	(321.785)
(Aumento) em outros ativos financeiros	11a	(287.998)	(7.212)
Redução em outros ativos	11b	17.563	3.631
Aumento/(redução) em depósitos	13	425.659	(940.751)
(Redução)/aumento em captações no mercado aberto	14	(179.924)	400.359
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	15,16	1.278.682	1.071.423
(Redução) em outros passivos financeiros	17a	(42.177)	(70.492)
(Redução)/aumento em outros passivos	17b	(100.292)	61.315
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(1.483.530)	2.763.883
Atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos		(60.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso		(2.859)	(375)
Aplicações do intangível		(1.027)	(536)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(63.886)	(911)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.547.416)	2.762.972
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		2.594.138	313.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	1.046.722	3.076.959
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.547.416)	2.762.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 23 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2, revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720 e a Circular BACEN nº 3.959. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras. Nesse sentido, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras do semestre findo 30 de junho de 2021 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, para as quais destacamos as principais mudanças:

Balanco patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, créditos tributários, outros ativos, depósitos e demais instrumentos financeiros, obrigações fiscais diferidas, provisão para contingências e outros passivos.

Demonstração dos resultados

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentadas na linha "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito";
- Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira";
- Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "Reversões/(Despesas) de provisões para contingências";
- Resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado.

b) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

d) Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreçamento a modelo de forma

independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f) Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

h) Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

i) Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram identificadas perdas por *impairment*.

k) Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

l) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Emenda Constitucional nº 103.

Nos termos da Lei 14.183/2021, a alíquota de CSLL será majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021.

Em 30 de junho de 2021, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Com base na Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c).

Em função da alteração de alíquota de CSLL, introduzida pela Lei 14.183/2021, os créditos tributários diferidos e o passivo fiscal diferido de contribuição social, cuja expectativa de realização se darão no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021, foram calculados à alíquota de 25%.

n) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21).

q) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN

nº 4.877, que revoga a Resolução CMN 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

r) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25d.

s) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Jun/2021	Dez/2020
Disponibilidades	28.470	14.063
Moeda nacional	525	2.599
Moeda estrangeira	27.945	11.464
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.018.252	2.580.075
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	866.998	2.580.075
Aplicações em depósitos interfinanceiros	151.254	-
Total	1.046.722	2.594.138

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Jun/2021				Total	Dez/2020
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Aplicações no mercado aberto	-	2.769.746	2.173.958	399.999	5.343.703	6.748.959
Posição bancada – LTN	-	-	-	-	-	5.812.338
Posição vendida – LTN	-	2.769.746	2.173.958	399.999	5.343.703	936.621
Aplicações em depósitos interfinanceiros	251.834	-	101.255	-	353.089	-
Depósitos interfinanceiros	251.834	-	101.255	-	353.089	-
Total	251.834	2.769.746	2.275.213	399.999	5.696.792	6.748.959

6. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

a) Títulos para negociação

	Jun/2021					Dez/2020	
	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	500	711	178	1.389	1.384	1.386	1.345
NTN	-	-	14.444	14.444	14.796	9.930	9.695
Total	500	711	14.622	15.833	16.180	11.316	11.040

b) Títulos disponíveis para venda

	Jun/2021						Dez/2020	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/Contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	Custo atualizado
Carteira própria								
LTN	-	216.963	-	37.517	254.480	254.204	47.967	47.247
Subtotal	-	216.963	-	37.517	254.480	254.204	47.967	47.247
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾								
LTN	-	-	47.735	293.088	340.823	344.278	343.127	329.931
Cotas de fundo de investimento	34.213	-	-	-	34.213	34.213	33.799	33.799
Subtotal	34.213	-	47.735	293.088	375.036	378.491	376.926	363.730
Total	34.213	216.963	47.735	330.605	629.516	632.695	424.893	410.977

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

c) Títulos mantidos até o vencimento

	Jun/2021						Dez/2020	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/Contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/Contábil	Valor de mercado
Carteira própria								
Debêntures ⁽ⁱ⁾	1.340	1.348	5.939	130.420	139.047	152.072	138.636	159.817
Total	1.340	1.348	5.939	130.420	139.047	152.072	138.636	159.817

(i) No primeiro semestre de 2021 foi constituída provisão no montante de R\$ 1 de um total de 445 (R\$ 693 em 2020) em função do risco de crédito.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos

financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a) Contratos futuros

	Jun/2021		Dez/2020	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	30.258.548	287.252	25.400.227	(69.314)
DI	1.256.474	(734)	2.361.006	446
DDI	25.354.287	244.665	20.846.324	(71.209)
Dólar	3.647.787	43.321	2.192.897	1.449
Posição vendida	3.367.055	(41.795)	2.644.104	(1.534)
DI	64.886	146	525.726	(7)
DDI	3.302.169	(41.941)	2.118.378	(1.527)

Em 30 de junho de 2021, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 32 (Dez/2020 - R\$ 18), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Operações de swap e operações a termo

Por indexador	Jun/2021			Dez/2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Swap						
Valores a receber	10.888.292	948.875	1.056.428	3.989.542	54.804	135.924
CDI x Dólar	10.639.807	928.801	1.036.208	3.757.542	53.414	132.649
CDI x Euro	232.000	20.112	20.137	232.000	1.390	3.275
Dólar x CDI	16.485	(38)	83	-	-	-
Valores a pagar	9.067.161	(2.056.233)	(2.493.818)	11.831.877	(3.235.576)	(3.695.896)
CDI x Dólar	9.067.161	(2.056.233)	(2.493.818)	11.831.877	(3.235.576)	(3.695.896)
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	501.625	33.630	28.178	922.685	35.095	46.122
Posição comprada	501.625	33.630	28.178	922.685	35.095	46.122
Valores a pagar	295.226	(26.099)	(22.443)	451.577	(11.362)	(10.980)
Posição comprada	295.226	(26.099)	(22.443)	451.577	(11.362)	(10.980)
Total	20.752.304	(1.099.827)	(1.431.655)	17.195.681	(3.157.039)	(3.524.830)

c) Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	Jun/2021					Dez/2020
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	10.989.667	3.529.904	2.006.324	17.099.708	33.625.603	28.044.331
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	916.805	2.208.125	2.092.860	14.737.663	19.955.453	15.821.419
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	376.005	275.233	101.236	44.377	796.851	1.374.262
Total	12.282.477	6.013.262	4.200.420	31.881.748	54.377.907	45.240.012

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d) Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	Jun/2021			Dez/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo						
Swap	252.339	804.089	1.056.428	43.158	92.766	135.924
Termo de moedas - NDF	28.232	(54)	28.178	44.150	1.972	46.122
Total	280.571	804.035	1.084.606	87.308	94.738	182.046
Passivo						
Swap	(468.722)	(2.025.096)	(2.493.818)	(811.596)	(2.884.300)	(3.695.896)
Termo de moedas - NDF	(17.350)	(5.093)	(22.443)	(10.088)	(892)	(10.980)
Total	(486.072)	(2.030.189)	(2.516.261)	(821.684)	(2.885.192)	(3.706.876)

e) Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, estão assim compostos:

	Jun/2021	Jun/2020
Futuros	(1.224.608)	4.811.119
Swap	1.324.680	(4.963.030)
Termo de moedas - NDF	(21.456)	141.631
Total	78.616	(10.280)

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização.

Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a

aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.748.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

- **Risco de Mercado**

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Hold to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Afim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de Sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	246	(246)
Exposição ao Cupom Cambial	(827)	827
Total	(581)	581

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(9.275)	9.275
Exposição ao Cupom Cambial	(2.100)	2.100
Total	(11.375)	11.375

Análise de Sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(25)	(500)	(751)
Exposição ao Cupom Cambial	(83)	(26)	(39)
Total	(108)	(526)	(790)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(3.312)	(6.624)	(9.936)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(928)	(13.459)	(20.189)
Exposição ao Cupom Cambial	(210)	(92)	(139)
Total	(1.138)	(13.551)	(20.328)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(3.312)	(6.624)	(9.936)

Na análise realizada, as operações da Carteira Bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido da organização.

No caso da Carteira de Negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	Jun/2021					Total	Dez/2020	
	Vencidas		A vencer				Total	Total
	Acima de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Setor Privado								
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	130.573	-	-	265.251	395.824	319.530	
Indústria	-	26.953	-	-	105.058	132.011	127.975	
Outros serviços - PJ	-	103.620	-	-	160.193	263.813	191.555	
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 25a)	-	249.112	494.750	248.030	-	991.892	1.306.314	
Indústria	-	249.112	494.750	248.030	-	991.892	1.306.314	
Total CCB e NCE	-	379.685	494.750	248.030	265.251	1.387.716	1.625.844	
CCL Exportação com ACC – (nota 10)	122.111	104.844	253.723	-	-	480.678	434.605	
Indústria	122.111	52.544	43.403	-	-	218.058	308.075	
Comércio	-	52.300	-	-	-	52.300	-	
Outros serviços – PJ	-	-	210.320	-	-	210.320	126.530	
Rendas a receber de ACC – (nota 10)	3.873	1.270	549	-	-	5.692	8.009	
Indústria	3.873	1.135	423	-	-	5.431	5.030	
Comércio	-	135	-	-	-	135	-	
Outros serviços - PJ	-	-	126	-	-	126	2.979	
CCL Exportação com ACE – (nota 10)	-	150.485	31.359	-	-	181.844	78.567	
Indústria	-	150.485	31.359	-	-	181.844	78.567	
Varição cambial CCL Exportação com ACC/ACE (i)	23.136	(19.304)	(14.996)	-	-	(11.164)	24.641	
Indústria	23.136	(17.021)	(4.740)	-	-	1.375	21.268	
Comércio	-	(2.283)	-	-	-	(2.283)	-	
Outros serviços – PJ	-	-	(10.256)	-	-	(10.256)	3.373	
Total ACC e ACE	149.120	237.295	270.635	-	-	657.050	545.822	
Total	149.120	616.980	765.385	248.030	265.251	2.044.766	2.171.666	

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de Câmbio Comprado a Liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2021 e 2020 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração das operações de crédito

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Principal devedor – (nota 25a)	991.862	1.306.314
Percentual sobre o total da carteira de crédito	48,5%	60,2%
20 maiores devedores	2.044.766	2.171.666
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da Carteira	Provisão mínima	Provisão Adicional ⁽ⁱ⁾	Jun/2021		Dez/2020	
					Provisão Total	Total da Carteira	Provisão Total	
AA	0,0%	1.895.646	-	(2.416)	(2.416)	2.016.899	(1.769)	
H	100,0%	149.120	(149.120)	-	(149.120)	154.767	(154.767)	
Total		2.044.766	(149.120)	(2.416)	(151.536)	2.171.666	(156.536)	

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Saldos no início do semestre	(156.536)	(86.317)
Constituição de provisão	(261)	(70.219)
Reversão de provisão	5.261	-
Saldos no final do semestre	(151.536)	(156.536)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 30 de junho de 2021 representa R\$ 271.410 (R\$ 343.025 em dez/2020).

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f) Resultado de operações de crédito

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Rendas/(despesas) de financiamentos à exportação	(42.382)	475.287
Rendas de empréstimos	7.719	3.507
Total	(34.663)	478.794

10. Operações de Câmbio

	Jun/2021	Dez/2020
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	892.897	1.693.469
Direitos sobre vendas de câmbio	247.433	646.896
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – (nota 9a)	5.692	8.009
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(3.423)
Total	1.146.022	2.344.951
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	920.455	1.663.275
Câmbio vendido a liquidar	240.270	648.392
Adiantamentos sobre contrato de câmbio – (nota 9a)	(662.522)	(513.172)
Total	498.203	1.798.495

11. Outros Ativos

a) Composição de outros ativos financeiros

	Jun/2021	Dez/2020
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	289.518	2.040
Outros	1	2
Subtotal	289.519	2.042
Ativo não circulante		
Devedores por depósitos em garantia – (nota 18d)	39.784	39.263
Subtotal	39.784	39.263
Total	329.303	41.305

b) Composição de outros ativos

	Jun/2021	Dez/2020
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	6.672	23.191
Valores a receber sociedades ligadas	1.640	3.474
Outros valores e bens	1.127	641
Adiantamentos e antecipações salariais	1.317	234
Outros	-	699
Pagamentos a ressarcir	11	-
Subtotal	10.767	28.239
Ativo não circulante		
Outros valores e bens	256	345
Impostos e contribuições a compensar	96	95
Pagamentos a ressarcir	-	3
Subtotal	352	443
Total	11.119	28.682

12. Participações em controladas

O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos de Valores Mobiliários, conforme segue:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Percentual de participação no capital social	100,0%	-
Quantidade de ações detidas	60.000.000	-
Capital social da controlada	60.000	-
Patrimônio líquido da controlada	60.223	-
Resultado do semestre da controlada ⁽ⁱ⁾	350	-
		-
Valor contábil do investimento	60.223	-
Resultado de equivalência patrimonial	350	-

(i) A autorização de funcionamento da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi publicada em 11 de fevereiro de 2021, portanto o resultado apresentado corresponde ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 30 de junho de 2021.

13. Depósitos

	<u>Jun/2021</u>					<u>Dez/2020</u>
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Depósitos à vista	173	-	-	-	173	91
Depósitos interfinanceiros	-	19.063	-	-	19.063	-
Depósitos a prazo	-	38.660	1.162	533.422	573.244	166.730
Total	173	57.723	1.162	533.422	592.480	166.821

Em 30 de junho de 2021 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 98,6% do DI (98% do DI em dez/2020).

14. Captações no Mercado Aberto

Em 30 de junho de 2021, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 757.381 (R\$ 937.305 em dez/2020), com vencimentos até setembro de 2021 e taxa de 2,4% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

15. Obrigações por Empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 3.732.185 (R\$ 2.139.081 em dez/2020) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até dezembro de 2021. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,10% a 0,17% ao ano.

16. Obrigações por Repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 991.892 (R\$ 1.306.314 em dez/2020) – nota 25a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até março de 2022. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 1,13% a 2,28% ao ano.

17. Outros passivos

a) Composição de outros passivos financeiros

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Passivo circulante		
Relações interdependências	-	13.364
Negociação e intermediação de valores	44.093	72.906
Total	<u>44.093</u>	<u>86.270</u>

b) Composição de outros passivos

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Passivo circulante		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	31.574	108.416
Impostos e contribuições a recolher	2.836	42.153
Provisão para despesas de pessoal	19.411	15.403
Outros	2.456	7.426
Subtotal	<u>56.277</u>	<u>173.398</u>
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	21.413	4.583
Subtotal	<u>21.413</u>	<u>4.583</u>
Total	<u>77.690</u>	<u>177.981</u>

18. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b) Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 21.939 (R\$ 21.426 em dez/2020). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza cível e fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 12.814 (R\$ 13.801 em dez/2020), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.368 (R\$ 5.344 em dez/2020) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 6.484 (R\$ 6.159 em dez/2020), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c) Obrigações legais

O processo principal no montante de R\$ 19.155 (R\$ 19.046 em dez/2020), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d) Movimentação dos saldos

	Jun/2021				Dez/2020
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações Legais	Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	1.290	2.887	24.351	28.528	27.181
Constituição	-	-	-	-	876
Atualização	45	17	298	360	471
Total	1.335	2.904	24.649	28.888	28.528

	Jun/2021				Dez/2020
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações Legais	Total	Total
Depósitos Judiciais					
Saldo inicial	54	14.034	25.175	39.263	38.364
Constituição	30	-	-	30	104
Atualização	2	185	304	491	795
Total – (nota 11a)	86	14.219	25.479	39.784	39.263

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (4.204.886.326 em dez/2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	Jun/2021		Jun/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	133.624	133.624	82.136	82.136
Adições/(exclusões) temporárias	(63.057)	(63.057)	120.321	120.321
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(80.323)	(80.323)	55.532	55.532
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.999)	(4.999)	52.368	52.368
Outras	22.265	22.265	12.421	12.421
Adições/(exclusões) permanentes	(85)	(84)	278	279
Base tributável	70.482	70.483	202.735	202.736
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(17.608)	(14.097)	(50.672)	(37.966)
Incentivos fiscais	130	-	118	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(17.478)	(14.097)	(50.554)	(37.966)
Créditos tributários	(1.443)	686	18.053	14.672
Passivo fiscal diferido	(14.321)	(11.847)	12.027	9.622
Total	(33.242)	(25.258)	(20.474)	(13.672)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	Saldos em 30/06/2021
Créditos tributários	102.073	10.928	(11.685)	101.316
Refletido no resultado				
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12.818	159	-	12.977
Provisões indedutíveis	7.634	10.516	(351)	17.799
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70.442	(1.437)	(355)	68.650
Provisão para risco de crédito – debêntures	201	1	(1)	201
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	10.368	-	(10.368)	-
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	157	-	157
Outros	610	1.532	(610)	1.532
Refletido no Patrimônio Líquido	-	1.431	-	1.431
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	1.431	-	1.431
Total	102.073	12.359	(11.685)	102.747

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização /Reversão	Saldos em 30/06/2021
Refletido no resultado	(9.377)	(26.292)	124	(35.545)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	-	(24.354)	-	(24.354)
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como negociação	(124)	-	124	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.253)	(153)	-	(9.406)
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	(1.785)	-	(1.785)
Refletido no patrimônio líquido	(6.262)	-	6.262	-
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como disponíveis para venda	(6.262)	-	6.262	-
Total	(15.639)	(26.292)	6.386	(35.545)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças Temporárias	Total
1º ano	18.742	18.742
2º ano	16.341	16.341
3º ano	20.590	20.590
4º ano	17.208	17.208
5º ano	16.889	16.889
6º ano ao 10º ano	12.977	12.977
Total	102.747	102.747
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	87.167	87.167

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

21. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, que revoga a Resolução CMN 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun/2021	Dez/2020	Jun/2021	Jun/2020
Disponibilidades	1.088	2.053	156	227
BNS	1.088	2.053	156	227
Carteira de câmbio – posição ativa	469.418	494.067	(15.486)	3.115
BNS	469.418	494.067	(15.486)	3.115
Depósitos a vista	(57)	-	-	-
Scotiabank Brasil CTVM	(57)	-	-	-
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	1.640	3.474	7.661	7.615
BNS	1.392	2.443	7.844	7.639
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	-	-	76
Scotiabank Inverlat (México)	-	-	(216)	(100)
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	248	1.031	33	-
Obrigações por empréstimos	(3.732.185)	(2.139.081)	(23.586)	(217.331)
BNS	(3.732.185)	(2.139.081)	(23.586)	(217.331)
Obrigações por repasses	(991.892)	(1.306.314)	42.382	(475.287)
BNS	(991.892)	(1.306.314)	42.382	(475.287)
Carteira de câmbio – posição passiva	(478.581)	(495.070)	7.471	(2.974)
BNS	(478.581)	(495.070)	7.471	(2.974)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	95
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	-	-	-	36
Scotiabank Inverlat (México)	-	-	-	59

b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2021 totalizam R\$ 10.568 (R\$ 6.080 em 2020), sendo formadas por R\$ 5.422 (R\$ 4.282 em 2020), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 5.146 (R\$ 1.798 em 2020), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP.

a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de

junho de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.079 (R\$ 3.147 em dez/2020) e a quantidade total de ações é de 34.208 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,3533 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.931 (R\$ 822 em 2020).

b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de Junho de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 7.476 (R\$ 4.270 em dez/2020) e a quantidade total de ações é de 34.195 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,3533 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 3.206 (R\$ 1.226 em 2020).

23. Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2021, é de R\$ 492 (R\$ 450 em 2020).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

24. Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2021, o índice de Basileia do Banco é de 14,65% (19,06% em dez/20), o Patrimônio de Referência de R\$ 1.214.068 (R\$ 1.149.386 em dez/20) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 662.947 (R\$ 482.536 em dez/20). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização.

25. Outras Informações

a) Operações ativas vinculadas

Em 30 de junho de 2021, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun/2021	Dez/2020	Jun/2021	Jun/2020
Operações de crédito				
NCE – (nota 9a)	991.892	1.306.314	(42.382)	475.287
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior - (nota 16)	(991.892)	(1.306.314)	42.382	(475.287)
Resultado líquido	-	-	-	-

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação.

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b) Outras receitas/despesas operacionais

Em 30 de junho de 2021, referem-se substancialmente: (i) “Outras receitas operacionais”, a rendas de atualização de depósitos judiciais e impostos e reversão de provisões operacionais; (ii) “Outras despesas operacionais”, a atualização de impostos e contribuições sobre os lucros, provisão de ajustes prudenciais e provisão passiva de contingências fiscais.

c) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 e impactos nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia, as nossas atividades estão em plena capacidade operacional e nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

d) Resultado recorrente e não recorrente

	2021	2020
Lucro líquido dos semestres	75.124	47.990
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	(1.451)	-
Lucro líquido recorrente	73.673	47.990

DIRETORIA

Antonio Pianucci
Izabel Eliza Oliveira Salvucci

Jaques Mester
Paulo André Campos Bernardo

CONTADOR

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6